Operação Tomahawk: Polícia Civil deflagra ação contra facção criminosa e bloqueia R$ 146 milhões em Mato Grosso

Polícia Civil cumpre 153 ordens judiciais contra organização criminosa envolvida em tráfico de drogas e lavagem de dinheiro

A Polícia Civil executou, na manhã de quinta-feira (12), a **Operação Tomahawk**, direcionada ao cumprimento de 153 decisões judiciais contra integrantes de uma organização criminosa com base em Sinop, acusada de envolvimento em operações de tráfico de substâncias ilícitas e ocultação de recursos ilícitos.

As decisões judiciais foram proferidas pelo Núcleo de Justiça 4.0 da Vara de Garantias – Polo Sinop, embasadas nas apurações realizadas pela Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (Draco) da localidade.



O cumprimento judicial abrange 153 ordens, entre as quais 37 mandados de captura, 40 mandados de busca e apreensão, 73 bloqueios financeiros no máximo de R$ 2 milhões por investigado, totalizando R$ 146 milhões, além de três paralisações de operações comerciais e quatro sequestros de propriedades imóveis.

Os mandados são executados nos municípios de Sinop, Colíder, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger, Várzea Grande e Cuiabá. A execução das determinações judiciais contou com a participação de policiais da Regional de Sinop, da Diretoria de Inteligência e da Delegacia Especializada de Repressão a Narcóticos

(Denarc).



Investigações e estrutura da organização

As apurações conduzidas pela Draco Sinop tiveram início em julho de 2025, decorrentes da captura de uma das principais lideranças da facção na região sinopense. Conforme as investigações, este indivíduo era o responsável pela consolidação da estrutura criminosa, coordenando desde a obtenção de entorpecentes e precursores químicos, seu beneficiamento, transporte e distribuição, até a receita de valores e o esquema de dissimulação de recursos.

Por meio das evidências coletadas, foi possível evidenciar uma rede robustamente organizada, constituída por múltiplos participantes da organização criminosa, atuando em distintos segmentos do esquema de comercialização ilegal e ocultação patrimonial.



Dentre as ações prioritárias, destacam-se o encerramento de um laboratório clandestino de produção em Cuiabá, a paralisação dos negócios e a confiscação dos bens de três entidades comerciais em Sinop, bem como o sequestro de quatro propriedades pertencentes à organização investigada.

Além de responderem por tráfico de substâncias controladas, ocultação de bens ilícitos e filiação a organização criminosa, os denunciados também enfrentam acusação pelo crime contemporâneo de domínio social estruturado por organização criminosa de elevada agressividade, passível de pena de até 40 anos de encarceramento conforme disposições da Lei Antifacção, Lei nº 15.358/2026, promulgada em 24 de março de 2026.



Significado e escolha da nomenclatura

A designação **Tomahawk** estabelece conexão com o sistema de mísseis estadunidense, caracterizado por capacidade de intervenção em grandes distâncias, precisão operacional e dificuldade de detecção por sistemas de radares adversários.

A nomenclatura pretende simbolizar a amplitude das investigações, que possibilitaram localizar e neutralizar distintos segmentos de atuação da organização criminosa, inclusive aqueles dispersos em diferentes localidades. Equiparavelmente ao armamento, que atinge metas afastadas com exatidão, a operação objetiva desarticular metodicamente a estrutura delitiva, finalizando suas operações de negociação ilegal e encobrimento de recursos ilícitos.



Iniciativa Renorcrim

A operação integra o conjunto de iniciativas da Rede Nacional de Delegacias Especializadas de Combate às Organizações Criminosas (Renorcrim).

A instituição congregua delegados chefes das delegacias especializadas e membros do Ministério Público dos 26 estados membros e do Distrito Federal, coordenada pela Pasta de Justiça e Segurança Pública, via a Diretoria de Planejamento e Ações Coordenadas (Diopi) vinculada à Secretaria Federal de Segurança Pública (Senasp), com objetivo de formular abordagens de coleta de informações e atuação continuada contra infrações criminosas.